

LEGISLAÇÃO – SEGURANÇA SOCIAL

- Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro – Aprova as bases gerais do sistema de segurança social
- Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro – Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
Alterada pela Lei nº 119/2009, de 30 de Dezembro e pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2011
- Decreto Regulamentar nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro – Regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
- Decreto-Lei nº 367/2007, de 2 de Novembro – Estabelece o quadro genérico do financiamento do sistema de segurança social
- Lei nº 53-B/2006, de 29 de Dezembro – cria o Indexante dos Apoios Sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social
- Decreto-Lei nº 323/2009, de 24 de Dezembro – suspende o regime de actualização do Indexante dos Apoios Sociais e das pensões e outras prestações sociais
- Decreto-Lei nº 26/2008, de 22 de Fevereiro – regula a constituição e funcionamento do regime público de capitalização
- Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho – estabelece as regras para a verificação das condições de recursos a ter em conta no reconhecimento e manutenção do direito a prestações e outros apoios sociais

Protecção no desemprego

- Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 77/2010, de 24 de Junho – estabelece o regime jurídico da protecção social dos trabalhadores por conta de outrem na eventualidade de desemprego
- Portaria nº 128/2009, de 30 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 164/2011, de 18 de Abril – regulamenta as medidas contrato emprego-inserção e contrato emprego-inserção+ (trabalho socialmente necessário)

Protecção na doença

- Decreto-Lei nº 28/2004, de 4 de Fevereiro – estabelece o regime jurídico da protecção social na eventualidade doença
Alterado pelo Decreto-Lei nº 146/2005, de 26 de Agosto, e pelo Decreto-Lei 302/2009, de 22 de Outubro

- Portaria nº 337/2004, de 31 de Março – regulamenta o regime jurídico da protecção social na doença

Protecção na parentalidade

- Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril – regula a protecção na parentalidade no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção do sistema previdencial e do sistema de solidariedade
Alterado pelo Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho
- Decreto-Lei nº 89/2009, de 9 de Abril – regula a protecção na parentalidade no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, no regime da protecção social convergente (trabalhadores em funções públicas)

Protecção na invalidez e velhice

- Decreto-Lei nº 187/2007, de 10 de Maio – define o regime jurídico da protecção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social
Alterado pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro

Protecção em caso de morte

- Decreto-Lei nº 322/90, de 18 de Outubro – define a protecção na eventualidade morte dos beneficiários do regime geral de segurança social (pensão de sobrevivência e subsídio por morte)

Prestações familiares

- Decreto-Lei nº 176/2003, de 2 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 245/2008, de 18 de Dezembro, e depois alterado pelo Decreto-Lei 201/2009, de 28 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho, pelo Decreto-Lei nº 77/2010, de 24 de Junho, e pelo Decreto-Lei nº 116/2010, de 22 de Outubro – define o regime jurídico da protecção de encargos familiares (abono de família para crianças e jovens, abono de família pré-natal e subsídio de funeral), no âmbito do subsistema de protecção familiar

Prestações não contributivas

- Lei nº 13/2003, de 21 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 7/2003, de 29 de Maio, e alterada pela Lei 45/2005, de 9 de Agosto, e pelo Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho – define e regula o rendimento social de inserção
- Decreto-Lei nº 283/2003, de 8 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 42/2006, de 23 de Fevereiro, e depois alterado pelo Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho – regulamenta o regime do rendimento social de inserção

- Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 236/2006, de 11 de Dezembro, pelo Decreto-Lei nº 151/2009, de 30 de Junho – cria o complemento solidário para idosos
- Decreto Regulamentar nº 3/2006, de 6 de Fevereiro, alterado pelos Decretos Regulamentares nº 14/2007, de 20 de Março, e 17/2008, de 26 de Agosto, e ainda pelo Decreto-Lei nº 151/2009, de 30 de Junho – regulamenta a atribuição do complemento solidário para idosos
- Decreto-Lei nº 464/80, de 13 de Outubro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril – define as condições de acesso e atribuição da pensão social de invalidez e da pensão social de velhice